

**DO SENADOR DALÍRIO BEBER (PSDB – SC)**

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Uma semana depois do rebaixamento da nota do Brasil pela agência Standard & Poor's, a presidente passou o fim de semana reunida com a equipe de governo, para anunciar uma suposta economia no orçamento do ano que vem.

O porta voz da presidente foi o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que se pronunciou no fim da tarde dessa segunda-feira, 14, para dizer que pretende ter um corte de R\$ 25 bilhões nas despesas e uma arrecadação extra de R\$ 45 bilhões, sendo uma boa parte em novos impostos, incluindo a volta da CPMF, e outra na retirada de benefícios e incentivos, que foram concedidos pelo governo a setores essenciais da economia e que ainda estão em vigor.

A CPMF, segundo os cálculos divulgados pelo governo, vai ser responsável por metade do ajuste nas contas públicas para o ano de 2016, que é de R\$ 64,9 bilhões.

A reação a estes anúncios está sendo grande, de senadores, deputados federais, e de toda a sociedade brasileira, empregadores e trabalhadores, pois todos serão afetados, em menor ou maior escala. Quer se impor mais um duro e forte sacrifício para consertar os desacertos de muitos anos de gestão irresponsável.

Essa conta, com certeza, não pertence aos trabalhadores brasileiros, por isso não é justo que recaia sobre eles.

Há muito tempo a oposição na Câmara e Senado já vinha alertando o governo sobre as dificuldades que o país viria a enfrentar, se não houvesse por parte do governo federal uma mudança de atitude, ou seja, o reconhecimento do cenário que se descortinava, e que poderia sim, levar o país a essa situação grave de descrédito interno e externo.

Quando todos pediam cortes em projetos ineficientes para efetivamente enxugar a gigante e inoperante máquina pública, com medidas para o real reaquecimento da economia, só surgiam péssimas notícias, agravando ainda mais a recessão e, sobretudo, aprofundando a crise política, econômica e ética já instalada no país.

Se o Governo tivesse sido mais criterioso no momento de aumentar a sua estrutura, não adotando a prática da criação descontrolada de cargos de provimento em comissão, e na admissão desenfreada de novos servidores, resultou agora em uma conta de pessoal que o País tem dificuldade de honrar. Passados doze anos do Governo PT constata-se que até mesmo a gestão da política salarial dos servidores públicos não mereceu a devida atenção, pois pipocam greves de várias categorias que por longos anos buscaram dialogar, sem sucesso, na busca de correção salarial. Algumas categorias, mais bem apadrinhadas, foram melhor sucedidas, mas exatamente por isso, outras se sentem injustiçadas. Esse mal-estar é muito danoso para a eficiência e qualidade do serviço público posto a serviço do cidadão brasileiro.

A constatação dos equívocos cometidos pelo Governo é reconhecida não somente por aqueles que têm o dever constitucional de fazer oposição, mas há um bom tempo grandes e pequenos veículos de comunicação, através de seus profissionais especializados em análises e avaliações têm sido claros e por vezes duros em suas críticas e condenações aos desencontros e desacertos do Governo Federal.

Lamentavelmente o nosso candidato Aécio Neves era desmentido nas suas declarações, na campanha de 2014, a candidata à reeleição dizia que ele agia de forma irresponsável quando anunciava o real estado de saúde da União. E isso, nos faz constatar a ocorrência de duas situações, ambas reprováveis. A primeira é de total desconhecimento do próprio Governo, o que atesta incompetência, e a segunda uma atitude deliberada, induzindo os brasileiros que iriam votar em outubro, ao convencimento de que o país estava muito bem gerido unicamente para vencer a eleição, o que demonstra falta de compromisso com a verdade, não compatível com a condição de maior posto da República.

E hoje quem está pagando esse preço alto são os brasileiros, muitos deles com o seu próprio emprego, colocando em risco a estabilidade das nossas famílias.

Não é o momento de chamar mais impostos para pagar as contas da incompetência e da má gestão do governo. Devem existir mecanismos para vencer as dificuldades do desajuste fiscal sem que eleve ainda mais a já enorme carga tributária.

As medidas, que foram anunciadas ministros da Fazenda e Planejamento representam um recuo em relação à posição adotada anteriormente. Há menos de dez dias, à primeira tentativa de ressuscitar a CPMF, a própria Presidente desautorizou os ministros da área econômica a levantar esta questão.

Os ministros da área econômica têm encontrado dificuldades de equalizarem os números que ensejam a inflação deste e do próximo ano, bem como da provável arrecadação levando em conta a desaceleração da economia, vítima de dificuldades que vivem, por de medidas em total desencontro aos interesses do país.

Inicialmente o orçamento do ano que vem trazia uma previsão de queda do PIB de 2015 de 1,8% e um aumento de 0,2% no próximo ano. Na semana passada, entretanto, o mercado financeiro previu uma contração do PIB de 2,55% neste ano e de 0,6% em 2016. Queda maior do PIB representa menos recursos no caixa do governo. Já existem consultorias especializadas que anunciam que neste ano ocorrerá uma queda no PIB superior a 3% e que não ano que vem, ainda continuar-se-á com PIB negativo superior a 0,6%.

Lamento, mas só existem notícias ruins. Por mais que o Senado e Câmara Federal, sob o comando de seus presidentes, tenham se esforçado, em muitas questões de interesse da Nação, dos estados, distrito federal e municípios, a sombra que paira sobre todos nós, não nos permite ver no horizonte do curto prazo um dia de luz e bem estar.

O Governo Federal tem sido insensível com o sofrimento, não apenas dos trabalhadores brasileiros, mas tem tratado com indiferença as finanças dos estados, distrito federal e municípios que vivem uma de suas piores crises, em consequência da queda brusca da arrecadação, resultante da baixa atividade econômica.

Os municípios de Santa Catarina, por exemplo, já tiveram perdas totais de R\$ 268.298.194,96 até o mês de agosto de 2015, em relação ao ano passado. Os dados são da Fecam, divulgados nessa segunda-feira, 14.

Desse total, queda nas transferências de R\$ 116.185.2788,79 de ICMS, R\$ 82.573.578,72 do Fundo de Participação dos Municípios, R\$ 60.256.007,65 do Fundeb e R\$ 9.283.328,96 do IPVA. Ou seja, o que já está muito ruim, ainda vai piorar! Como ser um país forte, com municípios falidos?

Esta falta de sensibilidade do Governo Federal ficou sobejamente demonstrada quando da divulgação das medidas do pacote na última segunda feira, ao ressuscitar a CPMF com a alíquota de 0,20% sobre a movimentações financeiras realizadas no sistema bancário. Nada se falou em favor dos demais entes federados, tão somente se tratou dos interesses e necessidades da União.

As dificuldades dos demais entes federados foi apenas marginal. Os Governadores foram convocados para que exerçam pressão sobre os parlamentares de seus respectivos estados para aprovarem as medidas que constituem o pacote. Receberam o osso duro de convencer os parlamentares e o pirulito de conseguirem elevar a alíquota até 0,30%. Carreguem pedra, que lhes compenso com o que vocês conquistarem a mais.

A grande dificuldade destes entes federados se deve não pela má gestão, sim pela assunção de inúmeras obrigações criados pelo Poder Central, sem assegurar fontes de financiamento, agravadas agora pela queda na arrecadação.

As críticas e constatações desse estado de coisas surge por todos os lados. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes também afirmou nesta segunda-feira (14) que o Brasil passa por “crise de legitimidade” e de “credibilidade” e que não se pode pedir “sacrifícios”. Para o ministro, é preciso que haja habilidade dos políticos para que o país saia da crise por meio de “engenharia institucional”.

“Como você pode pedir sacrifícios quando as pessoas acham que houve gastos excessivos demasiados e sem controle?”, afirmou Mendes.

Para o jornal Financial Times, “se o Brasil fosse um paciente de hospital, médicos da sala de emergência poderiam diagnosticá-lo como em declínio terminal”. Assim começa o editorial publicado neste fim de semana, pelo renomado jornal britânico. O texto diz ainda que é “praticamente impossível para Dilma Rousseff responder adequadamente à crise econômica”.

Nessa segunda-feira, os ministros que falaram com a população no lugar da presidente da República, comprovaram que sim, “a economia brasileira está uma bagunça”.

Agora, mais do que antes, todos temos que reconhecer que os brasileiros que foram às ruas em três oportunidades, o fizeram para alertar o Governo sobre a gravidade da situação.

O que o Governo fez e colheu do que das ruas se ouviu? Nada. Por isso chegou-se a este estado de doença terminal, que levou o país para a UTI.

O Brasil precisa virar logo essa página, resgatar sua credibilidade, para voltar a crescer e não deixar essa verdadeira “herança maldita” para as presentes e futuras gerações.

Milhões de brasileiros honestos, trabalhadores, e pais de família esperam por isso!